



CAIRÚ 2030

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE CAIRÚ BAHIA

Ano 2000, no limiar do terceiro milênio, 191 países reunidos na Assembleia Geral da ONU, em Nova York, instituíram as Metas de Desenvolvimento do Milênio, visando sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais.

A Declaração do Milênio traz compromissos definidos em Metas que, uma vez cumpridas em cada país, estado ou município, poderão melhorar a qualidade de vida e o destino da humanidade neste século. O Brasil, como membro da ONU e um dos signatários das Metas do Milênio, estimulou a adoção em iniciativas nacionais, regionais e locais.

A UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, entidade do terceiro setor, sediada em Cairu, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 8.420/02, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1998, em parceria com o WWI-Worldwatch Institute, para garantir sustentabilidade a Cairu, apresentou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID proposta para elaboração de amplo diagnóstico sócio-econômico-ecológico de Cairu, retratando a situação atual e sugerindo ações a serem adotadas para o desenvolvimento sustentável de curto, médio e longo prazos do único município arquipélago do Brasil - batizando-o de **Cairu 2030**.

Nesta oportunidade, a UMA dá sua efetiva contribuição investindo na geração presente e resguardando os direitos das gerações futuras. Comprometida em promover localmente as visões da ONU, sente-se honrada em entregar ao Município de Cairu este completo diagnóstico prospectivo, realizado em parceria com o BID e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD como integrante das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

(Texto lido no altar da Igreja do Convento de Santo Antonio, durante a solenidade oficial de entrega do Projeto Cairu 2030 ao Prefeito de Cairu)

Cairu, 5 de junho de 2006
(dia nacional do meio ambiente)

Eduardo Athayde
diretor da UMA



PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DO CAIRÚ BAHIA (CAIRÚ 2030)

COMPONENTE B – “ESTRATÉGIA”

PRODUTO “P8” – ORGANIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PARA O APOIO COERENTE DO BANCO

ÍNDICE DE PORMENOR

1.	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	1
1.1	Objectivo	1
1.2	Metodologia para o Desenvolvimento da Componentes B “Estratégia”	1
2.	APOIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	3
2.1	Abordagem Geral.....	3
2.2	Plano Geral de Saneamento Básico.....	3
2.3	Infraestruturação Estratégica do Território	4
2.4	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável.....	5
2.5	Intervenção Estratégica nas Pescas	8
2.6	Plano de Ordenamento do Território do Cairú.....	10
2.7	Modelo Institucional para o Arquipélago do Cairú	11
3.	APOIO DE FINANCIAMENTO DE PROJECTOS	13

Lisboa, Fevereiro de 2006

Pe'l'O Consórcio AGRI-PRO / AJS&A

Eng.º Rui Miguel Nascimento Coelho
Coordenador do Consórcio



PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DO CAIRÚ BAHIA (CAIRÚ 2030)

COMPONENTE B – “ESTRATÉGIA”

PRODUTO “P8” – ORGANIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PARA O APOIO COERENTE DO BANCO

1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1.1 Objectivo

O presente documento constitui o *Produto “P8”* que, nos termos da programação da Componente B – “*Estratégia*”, constitui a síntese de “*Organização dos instrumentos para o Apoio Coerente do Banco*” integrado na *Componente B – “Estratégia”* do “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município do Cairú”.

1.2 Metodologia para o Desenvolvimento da Componentes B “*Estratégia*”

No âmbito dos trabalhos inerentes á elaboração do “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município do Cairú”, estão em fase de concepção as linhas estratégias a adoptar, do qual faz parte integrante este *Produto “P8” – Organização dos Instrumentos para o Apoio Coerente do Banco*.

Na perspectiva dos Consultores, há dois grupos de apoios que o Banco poderá prestar ao Município do Cairú para efeitos da execução deste Plano de Desenvolvimento Estratégico:

O primeiro deles refere-se aos estudos e projectos complementares ao próprio Plano essenciais para que a sua execução não fique comprometida;

O segundo deles refere-se a um conjunto de actividades cujos investimentos são complexos e avultados.



No primeiro caso, o apoio proposto poderia ser viabilizado através de uma prorrogação do contrato actual com o Consórcio **AGRI-PRO AMBIENTE / AJS&A**, contando-se com uma participação mais activa de operadores / associações / empresas locais, assumindo a forma de cooperação técnica.

No segundo caso, o apoio proposto poderia ser viabilizado através de uma operação de financiamento ou co-financiamento dos investimentos previstos, nos termos a acordar entre a Prefeitura do Cairú e o próprio Banco.

Nesse sentido, os dois capítulos seguintes limitam-se a enunciar e a descrever de forma sucinta os estudos, projectos, acções ou medidas a incluir numa e noutra modalidade.



2. APOIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

2.1 Abordagem Geral

Neste grupo de apoios cabe, essencialmente, a concepção e execução de alguns dos mais relevantes “Instrumentos de Estruturação” e “Instrumentos de Operacionalização” constantes da estratégia proposta (ponto 3.3 do *Produto “P8” – Estratégias Alternativas de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago*).

Tais estudos e projectos, assumindo também eles um carácter de planeamento estratégico, versam os seguintes temas sectoriais

- Plano Geral de Saneamento Básico;
- Infraestruturação Estratégica do Território;
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável;
- Intervenção Estratégia nas Pescas.

Estes estudos sectoriais terão de ser, no entanto, devidamente enquadrados por dois outros estudos com um âmbito mais abrangente:

- Plano de Ordenamento do Território do Cairú;
- Modelo Institucional para o Arquipélago do Cairú.

Nos números seguintes apresenta-se uma breve descrição do conteúdo de cada um destes estudos e projectos.

2.2 Plano Geral de Saneamento Básico

O Plano Geral de Saneamento Básico será um instrumento fundamental para abordar de forma integrada alguns dos aspectos que constituem factores críticos de degradação ambiental e qualidade de vida.

Sem uma visão integrada que estruture devidamente estes consumos dos recursos naturais de água e solo não será possível atender de forma correcta às necessidades do Município.

Deste modo, o Plano deverá ser desenvolvido com um conjunto de estudos específicos que abordem as **águas de abastecimento**, as **águas residuais urbanas**, as **águas pluviais** e os **resíduos sólidos**, onde serão estruturadas e discutidas as soluções mais viáveis e adequadas para cada um dos sectores quer do ponto de vista económico quer ambiental.



Os estudos identificarão os **recursos e necessidades**, as soluções alternativas e desenvolverão as soluções base para cada uma das localidades e Ilha, integrando o Município num único sistema ou mesmo tendo em conta a integração a nível da Região, caso esta seja a mais favorável.

Deverão ser privilegiadas as soluções que fomentem uma política de valorização dos recursos naturais, a requalificação ambiental, as acções preventivas, a valorização energética, a reciclagem e o aproveitamento.

A recuperação das áreas degradadas, a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos (RSU's) e desenvolvimento de sistema integrado de recolha, tratamento, valorização e destino final de resíduos por fileira serão metas a atingir.

Serão igualmente privilegiadas as soluções que gerem emprego e o desenvolvimento de actividades de valorização

2.3 Infraestruturação Estratégica do Território

Deverá ser desenvolvido um estudo que aborde de forma integrada as infraestruturas do território, abrangendo a questão da **Energia**, dos **Transportes**, das **Acessibilidades** e das **Comunicações**.

O Estudo deverá avaliar as condições e necessidades e os condicionamentos estabelecidos pelo Plano Estratégico e fazer a avaliação das soluções alternativas disponíveis.

Da avaliação deverá sair um quadro de projectos a nível de concepção geral que privilegie a Protecção do Ambiente, a Diferenciação e a Sustentabilidade Interna e Externa.

- na **energia**, privilegiando, de forma da produção energética renovável como a solar;
- nos **transportes e acessibilidades**, desenvolvendo uma rede de infraestruturas, de modo a assegurar o acesso às ilhas por via marítima e aérea e para transporte interno sem uso de veículos automóveis movidos a motor de explosão. A criação de um meio de transporte ferroviário eléctrico para as zonas de maior densidade turística será uma opção a desenvolver;
- nas **comunicações**, estabelecer uma rede com base na informática e novas tecnologias que assegure o acesso à informação em qualquer local das ilhas.

O estudo deverá assim constituir um instrumento coerente que estabeleça a programação dos investimentos a fazer e dos resultados expectáveis.



2.4 Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável

A OMT – Organização Mundial de Turismo reconhece que o “Ecoturismo” encerra em si mesmo os princípios do “Turismo Sustentável”; mas se em termos abstractos assim deve ser, na prática nem sempre assim sucede. Basta reflectir no facto de estes conceitos variarem de País para País, de área protegida para área protegida ou até de operador para operador. Sabendo, contudo, que se está a tratar do Cairú (área de grande valor e riqueza ambiental, associada a uma fragilidade elevada) e que a perspectiva de a encarar estas questões tem de estar associada ao nível internacional, a nossa proposta de Plano Estratégico baseia-se nos conceitos adoptados pela OMT e pelo Brasil neste domínio, ou seja:

- O **Turismo Sustentável** assenta em quatro parâmetros ou princípios fundamentais:
 - Os recursos mobilizados pelo Turismo (recursos naturais, históricos, culturais, arquitectónicos, tradicionais, religiosos ou outros) são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de produzir benefícios no presente. Trata-se de uma abordagem efectuada na óptica do Desenvolvimento, na perspectiva da qualidade e da globalidade que um tal processo abarca;
 - O desenvolvimento e o planeamento turístico de uma dada área são efectuados sem causar problemas ambientais e sócio-culturais significativos à área em questão. Utilizam-se para este efeito cada vez mais as técnicas do planeamento ambiental, da análise e definição da capacidade de carga dos lugares e da educação ambiental das populações residentes;
 - As condições mais adequadas de promoção de um destino turístico são função do grau de satisfação do turista: quanto maior ele for, maior é a possibilidade de o destino manter um elevado valor de mercado, o que se consegue através da utilização do *marketing* “boca-a-orelha”;
 - O Turismo, como actividade integradora, mas também horizontal em relação à globalidade da sociedade e da economia, gera benefícios que são amplamente estendidos a toda a sociedade, desde logo em relação à população residente, a qual, por esse facto, se transforma no principal apoiante de um Turismo de qualidade e de preservação dos recursos locais por ele utilizados.
- Por **Turismo de Natureza** entendem-se as várias formas de turismo em que a motivação principal é a observação e a apreciação da natureza;
- O **Ecoturismo**, segundo a OMT, são todas as formas de turismo baseadas na natureza, em que a principal motivação é observar e apreciar a natureza, mas também as culturas tradicionais que prevalecem em zonas naturais, favorecendo a protecção e conservação das zonas naturais, uma vez que gera vantagens sociais e económicas em benefício directo das populações afectadas, cria empregos e diversifica as fontes de rendimento e obriga às comunidades locais a tomarem consciência da necessidade de preservarem a natureza e a cultura, afinal a sua principal riqueza que eles muitas vezes desprezam.



A aplicação destes conceitos ao Brasil deu origem a adopção pelo Governo Federal de uma concepção de ecoturismo com um sentido prático extremamente valioso e que por isso será adoptado no Plano proposto. A sua utilização no Cairú, porém, tem de ser realizada tendo em conta a elevada fragilidade dos ecossistemas naturais, os quais não comportam um número elevado de visitantes e, menos ainda, suportam o tráfego excessivo de veículos pesados.

Por outro lado, a infraestrutura necessária para aquele efeito, se não atender a normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o equilíbrio do meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais da fauna e da flora.

A perturbação das populações locais configura-se, também, como outro risco, pois a presença de operadores, quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

Na realidade, o número de pessoas que participam em actividades ao ar livre é cada vez maior e todas as previsões apontam para a manutenção destas tendências, tanto mais que não há, segundo estudos recentes da OMT, um visitante característico de áreas protegidas. Mas a adopção do conceito de “Turismo Sustentável”, está a limitar esta eventual possível massificação sendo provável que o mercado mantenha esta situação por mais alguns anos. Nos tempos que correm, de facto, quer o “Ecoturismo” quer o “Turismo de Natureza”, encarados na perspectiva do “Turismo Sustentável” são associados tanto aos valores naturais das áreas protegidas quanto aos valores culturais desses mesmos territórios.

A não massificação deste segmento do Turismo tem originado, por outro lado, uma fuga dos fluxos turísticos correspondentes do controle dos operadores turísticos profissionais. Assiste-se, de facto, sobretudo na Europa, à cada vez maior ligação do Ambiente à Cultura num movimento tendente a construir o grande produto turístico do futuro, fazendo lembrar, em parte, a euforia dos anos sessenta do séc. XX pelas praias exóticas.

Este binómio “Ambiente-Cultura”, dado o seu interesse actual pelas zonas naturais de maior dificuldade de acesso, mas também com o património natural mais rico e diferenciado, onde as infraestruturas e serviços turísticos estão vocacionadas para estratos populacionais social, económico e culturalmente mais elevados, está ainda presentemente voltado para um Turismo dito de “baixo volume e alto valor”.

É assim que em diversos países principalmente, na Europa, as viagens de Ecoturismo ou de Turismo de Natureza são muitas vezes organizadas no seio de um grupo de amigos por um único indivíduo, não profissional de Turismo, com um perfil que se identifica com pessoas dos estratos etários dos 50 a 60 anos, quadros superiores e profissões que se reformaram muito cedo, já sem grandes obrigações familiares ou profissionais e possuidores de elevados rendimentos fixos.



A proliferação destes “operadores independentes”, trabalhando a maior parte das vezes por mero prazer, tem escapado normalmente aos estudos de mercado realizados, mas nem por isso deixa de possuir a sua relevância pelo elevado valor que podem gerar localmente, tendo de ser obrigatoriamente objecto de análise para a estruturação da procura turística do Cairú.

No estabelecimento de um plano estratégico de desenvolvimento turístico desta natureza há três aspectos especiais cuja relevância interessa sobremaneira ao Município do Cairú:

- O levantamento dos recursos e potencialidades deverá ser realizado para que possa servir de suporte a projectos concretos a implementar mais tarde. Neste domínio, é previsível que as vertentes natural, ambiental e de património venham a assumir um papel relevante para o Turismo da área a estudar;
- O estudo da melhor utilização dos recursos e potencialidades existentes terá de ser desenvolvido de forma a criar produtos competitivos, implantados nos locais de menores impactes ambientais e sócio-culturais negativos;
- A estratégia a propor terá de prever a criação de condições de atracção de investidores na área do Turismo com credibilidade suficiente para aceitarem as regras de planeamento estabelecidas.

Para se atingirem estes objectivos devem ser privilegiados quatro vectores estratégicos: aumento da qualidade da oferta, melhoria do profissionalismo, diversificação de produtos e diversificação de mercados.

É por isso que o trabalho que nos propomos realizar tem como objectivo fundamental a detecção e análise das oportunidades de investimento no sector do Turismo da área em estudo nos mais variados segmentos desta actividade económica, através de uma correcta avaliação dos recursos existentes, numa perspectiva de aproveitamento racional das potencialidades existentes e, simultaneamente, de adequação aos condicionalismos de ordem ambiental, social e económica. Pretende-se, por outro lado, que através deste estudo seja possível:

- Contribuir para um processo de desenvolvimento harmonioso do Município do Cairú, fundamentando as opções inerentes a uma estratégia equilibrada e programática;
- Conceber o conjunto de projectos sectoriais específicos que materializem as oportunidades detectadas, visando a eventual elaboração de um painel de prioridades de investimento, com indicação das entidades responsáveis pela sua execução;
- Sensibilizar o sector privado para as oportunidades de investimento detectadas, através da ênfase a dar ao mercado na condução do estudo, compatibilizando a estruturação da oferta com a procura potencial, através da elaboração de uma tripla matriz de pertinência: produtos/públicos-alvo, produtos/locais e locais/públicos-alvo.



Neste contexto metodológico serão desenvolvidos os seguintes pontos de análise:

- Haverá necessidade de se proceder a uma análise da situação actual, ao nível da identificação, caracterização e avaliação quer da procura e quer da oferta, onde prevalecem os critérios determinados pelo mercado, mas onde relevam também as questões do enquadramento do Turismo de Cairú, incluindo a disponibilidade e a qualidade dos meios humanos afectos ao sector;
- A partir dela serão examinados os pontos fortes e fracos daquela situação de referência e avaliadas as oportunidades e ameaças que se apresentam, visando definir as potencialidades (e os produtos) e as necessidades (e os meios);
- Entra-se então numa acção de planeamento, compreendendo a concepção de diversos instrumentos (estratégia geral de desenvolvimento, estruturação da oferta, *marketing*, promoção, animação, investimentos, sistemas de informação a adoptar, entre outros), para os quais é necessário estabelecer as condições ideais de implementação e avaliar os impactes que esta terá na situação de referência.

2.5 Intervenção Estratégica nas Pescas

A execução do “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município do Cairú” permitiu uma avaliação do sector das Pescas, cujo cruzamento dos pontos fortes e fracos com as oportunidades e ameaças aponta para a necessidade de se realizar uma intervenção estratégica em prol do desenvolvimento do sector, assente na concepção, implementação, monitorização e controle de resultados dos seguintes Programas:

1. Programa de Procedimentos técnicos para conservação a bordo

Os pescadores de Ponta das Pedras em Goiana / Pernambuco (PE), passaram a utilizar os procedimentos técnicos apropriados para a conservação dos produtos a bordo. Um deles é o choque térmico, feito após a captura do peixe, que é retirado da armadilha e imerso num reservatório com água gelada (aproximadamente 0°C) até à morte. De seguida, o pescado é colocado em caixas isotérmicas com gelo para conservação, possibilitando que o produto chegue à colónia com qualidade e obtenha maior valor de mercado.

Com o uso de novas técnicas de conservação a bordo e a instalação de uma unidade de beneficiação e comercialização, a colónia incrementou a produção e as vendas, gerando um aumento dos lucros para a comunidade. Por outro lado, o pescado passou a interessar também à indústria, uma vez que o volume e a quantidade permitiram a comercialização no mercado regional e internacional.



2. Aumento da pesca em épocas altas

Desenvolvimento de um programa de incentivo ao não abandono da Pesca durante o Verão, de modo, a tirar partido da elevada procura que se faz sentir durante essa época. Desta forma, pretende-se que as famílias não estejam tão sujeitas à sazonalidade dos rendimentos que o Turismo oferece.

3. Levantamento do potencial para a pesca desportiva de alto mar

Levantamento científico (com acompanhamento de pescadores locais) das espécies que possam ter interesse para a pesca grossa desportiva (como tunídeos e dourados), de modo, a se desenvolver um plano estratégico para este segmento com a criação de empresas e eventos “amigos do ambiente” (anzóis curvos e devolução das capturas ao mar). Como tem sido provado em muitos países, a “Pesca Desportiva Amiga do Ambiente” ganha cada vez mais adeptos a nível mundial, o que em termos de efeitos multiplicadores na economia pode ser muito vantajoso, uma vez que estes pertencem ao chamado “Turismo Sustentável”.

4. Acompanhamento da aquacultura

A introdução de jaulas com fins para cultivo de espécies estuarinas, tem como principal benefício o aumento do rendimento das famílias envolvidas. No entanto, há que repensar as espécies que estão a ser utilizadas (como, a Tilápia que é uma espécie exótica), uma vez que estas podem provocar grandes impactos em termos ecológicos a médio, longo prazo. Desta forma, seria importante apostar numa linha de produção de espécies locais que tanto possam servir para repovoamento de zonas sobre exploradas como para venda nos mercados da região e assim, manter o acompanhamento das famílias. Todo este trabalho deve ser desenvolvido em conjunto com as Cooperativas de Pesca.

5. Programa de recuperação do manancial da Lagosta-Vermelha

Uma vez que é uma das espécies de maior valor comercial (e mais procurada pelos turistas), é necessário estabelecer um programa baseado em levantamentos científicos de onde se possa extrair uma série de medidas adequadas à recuperação da espécie em questão, deixando de lado as medidas implementadas a nível nacional.

6. Incentivo para a criação de uma memória de pesca

Levantamento de todas as artes de pesca que já foram praticadas no Arquipélago junto das pessoas mais velhas e de alguma bibliografia. Com isto, pretende-se que a ligação entre o Cairú e esta actividade seja reforçada, podendo ser divulgada às gerações mais novas, bem como a turistas interessados. Esta divulgação poderia passar por exposições e por saídas onde fossem imitados os costumes praticados no passado.



7. Papel da Mulher na Pesca

Desenvolvimento de Programas que promovam a igualdade de direitos entre os vários trabalhadores da Pesca. Neste caso, deve-se dar ênfase à Mariscagem como uma actividade predominantemente feminina bem como na fase do processamento e venda do pescado trazido pelos maridos.

8. Criação de um “selo” de produtos da pesca local

Com esta iniciativa, os turistas saberiam que estariam a consumir produtos locais, sendo as Unidades Turísticas incentivadas à sua promoção, e aquando no seu consumo fora do Arquipélago, seria uma forma de promover a própria região.

9. Reestruturação do sector

Nunca esquecendo que o Arquipélago está vocacionado para a Pesca Artesanal devido às próprias características ecológicas e ambientais, é importante o desenvolvimento e a implementação de um programa que reestruturasse o sector a nível local. Desta forma, salienta-se os seguintes pontos:

- Promover o controlo de qualidade,
- Criar condições de Segurança e Comunicação dos arrastões de camarão,
- Recuperar/remodelar ancoradouros, pontões e barras,
- Facilitar o acesso à reparação naval,
- Reformular o sistema de comercialização (introdução do sistema de lotas).

2.6 Plano de Ordenamento do Território do Cairú

A elaboração de um Plano de ordenamento de todo o território do Cairú constituirá um instrumento fundamental para todo o processo de desenvolvimento e deverá reflectir as conclusões do “*Plano Estratégico*” e do Plano de Manejo de APA – Tinharé – Boipeda, que se pretende que venha também a integrar a Ilha do Cairú.

Como primeiro passo será necessário fazer o levantamento aerofotográfico do Município e a respectiva restituição topográfica, de modo a ter uma base adequada para o trabalho de planeamento e controle.

O Plano deverá abranger todo o Arquipélago, incluindo zonas urbanas, urbanizáveis e espaços naturais, incluindo a orla costeira e o estuário. Do plano resultarão cartografia temática, carta de ordenamento e condicionantes, metas e objectivos, programa de intervenção e regulamentos que constituirão um quadro para o desenvolvimento integrado e sustentável.

Na sua sequência deverão ser criadas as bases de dados, cartografia suportada em Sistema de Informação Geográfica (SIG) que permitirá o controle da sua execução.



2.7 Modelo Institucional para o Arquipélago do Cairú

Os Municípios de pequena (ou mesmo média) dimensão possuem características muito próprias que lhes acarretam oportunidades e ameaças de desenvolvimento e as diferenciam relativamente aos restantes aglomerados urbanos, características estas que sobressaem ainda mais quando se trata de um Arquipélago.

A este conjunto de características correspondem vantagens facilitadoras de um processo de desenvolvimento equilibrado e harmonioso, basicamente aos seguintes níveis:

- Dado o seu dimensionamento – territorial, humano e funcional – são conjuntos de aglomerados urbanos interligados onde existe:
 - Maior flexibilidade de soluções;
 - Maior facilidade do processo de decisão;
 - Fortes esquemas de cooperação;
 - Eficácia nos sistemas de solidariedade social;
 - Sentido de cooperação e democraticidade facilitados;
 - Existência de sinergias;

- Dado o maior grau de convivialidade fica altamente facilitado um ambiente social mais humano, designadamente no que se refere à:
 - Formação;
 - Vida cultural;
 - Vida social;
 - Especialização técnica.

É claro que aquelas características representam também ameaças ao nível de diversos factores, entre os quais se destacam:

- Dificuldade de obtenção de economias de escala, dada a sua dimensão;
- Dificuldade de integração em áreas metropolitanas, não só pela característica de Arquipélago, mas também pela pequena dimensão;
- Dificuldade em manter as características diferenciadoras atendendo às tendências de globalização.



Face ao confronto destas características aplicáveis ao Município do Cairú, a nossa interpretação para o seu fortalecimento institucional deverá relevar os seguintes aspectos:

- Valorizar os seus traços distintivos já consolidados, conferindo-lhe visibilidade;
- Valorizar a gestão à escala mais favorável para o Município e para cada uma das suas parcelas, mas com inovação e diversificando as actividades económicas;
- Valorizar a sua inserção à escala regional, sem perder com isso independência;
- Valorizar o relacionamento e a cooperação intermunicipal (com Municípios maiores e menores);
- Valorizar a criação de redes de Municípios de pequena ou mesmo média dimensão.

A execução de um Plano de Fortalecimento Institucional tem como objectivo central a implantação de um modelo de gestão descentralizado e devidamente compartilhado entre a Prefeitura e os seus utentes, isoladamente considerados ou através das suas associações, ao mesmo tempo que privilegia a articulação entre as várias instituições existentes, independentemente dos seus âmbitos de intervenção e das suas origens.

A concepção deste modelo deverá maximizar, no entanto, o aproveitamento de todas as ferramentas já existentes, conferindo-lhes apenas maior funcionalidade, aumentando a sua abrangência, elevando a qualidade dos serviços prestados, reforçando a produtividade dos factores e assegurando a sua sustentabilidade.

Ora o modelo proposto para o Cairú foi já concebido no âmbito da elaboração do “Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município” (ver Relatório correspondente ao Produto “P2”). Faltará então criar as condições adequadas à sua implementação, sendo certo que nele será integrada a Contabilidade Ambiental proposta no âmbito daquele mesmo Plano de Desenvolvimento Estratégico (conforme Relatório correspondente ao Produto “P3”).

A implementação deste modelo, por sua vez, irá acarretar a reestruturação orgânica e funcional das instituições envolvidas, designadamente ao nível da Prefeitura e dos Serviços que Departamentos que a integram.

O Plano de Fortalecimento Institucional aqui proposto corresponde ao apoio técnico necessário nas várias áreas ou valências envolvidas, prestado de uma forma sistematizada durante um período de, pelo menos, doze meses.

Este apoio técnico, tal como o modelo está concebido, será evolutivo, começando-se pela criação das parcerias público-privadas nas diversas parcelas do território do Cairú, incluindo a criação de Equipas Técnicas Locais, até à concepção em concreto e respectivo lançamento dos indicadores socioeconómicos e ambientais, terminando-se com a implementação do sistema de Contabilidade Ambiental específico para o Município do Cairú.



3. APOIO DE FINANCIAMENTO DE PROJECTOS

Algumas das actividades propostas no Produto “P6” são projectos de grande complexidade, mobilizadoras de tecnologias avançadas e com um custo de investimento bastante elevado.

Trata-se de uma área onde o Município do Cairú (o mesmo o Estado da Bahia) não detém ainda conhecimento e tecnologias adequadas, necessitando a Prefeitura de um forte apoio neste domínio.

Este apoio, embora deva revestir principalmente uma vertente de financiamento ou de co-financiamento em condições a acordar entre o Município e o Banco, pode ser alargado a outras áreas, designadamente:

- “*Procurement*” do projecto, quer ao nível das tecnologias a utilizar, quer dos projectistas a contratar, quer dos materiais e equipamentos a usar;
- Coordenação geral da execução dos projectos e da própria obra;
- Fiscalização das obras e da montagem e testes dos equipamentos.

De entre as actividades sugeridas para este apoio destacam-se desde já os seguintes projectos:

- Comboio eléctrico, base estruturante dos transportes colectivos públicos do Município;
- Construção dos Parques Ecológicos previstos e apoio na sua formatação;
- Intervenção urbana prevista, destacando-se:
 - A requalificação urbana programada para a Cidade do Cairú;
 - A recuperação urbana prevista para o Morro de São Paulo;
 - a estruturação de Velha Boipeba.
- Construção da zona ou plataforma industrial e logística na Ilha do Cairú;
- Criação de Escolas Profissionais no Convento de Santo António, na Ilha do Cairú;
- Construção das ligações a estabelecer entre as Ilhas de Tinharé e de Boipeba.



Considera-se ainda de grande importância:

- a estruturação do Sistema de Informação Geográfica, incluem software, hardware e formação;
- a formação do corpo de fiscalização e controle.

Sendo esta uma listagem preliminar, deve a mesma ser revista e completada após a apresentação do “*Plano de Ação*” que constitui a *Componente C* do presente trabalho.